


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **4000351-02.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Locação de Móvel**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 03/02/2015 10:50:31 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

PROPOSTA LOCADORA DE BENS LTDA propõe ação de Cobrança contra **CAVO AMBIENTAL CONSTRUTORA LTDA** aduzindo que as partes em 05/02/2013 celebraram contrato de locação de 02 veículos, um caminhão carroceria Ford, modelo Cargo 1717E, placas DSP 2603, pelo valor mensal de R\$ 5.500,00 e uma pick-up Ford Courier, placas EDX 2494, pelo valor mensal de R\$ 1.300,00. Afirmo que o caminhão foi devolvido em 07/03/2013 e a pick-up em 26/03/2013, mas os pagamentos referentes ao períodos utilizados não foram feitos, mesmo após notificação extrajudicial. Juntou documentos (fls. 08/30).

A ré foi citada e apresentou contestação (fls. 44/51), aduzindo, preliminarmente a inépcia da inicial porque da narração dos fatos não decorre a conclusão lógica. No mérito, afirma que os veículos foram devolvidos em 05/03/2013 por estarem em péssimo estado de conservação e que o pagamento foi feito no ato da entrega não lhe tendo sido entregue o recibo de pagamento. Afirmo ainda, o contrato não se encerrou nas datas indicadas pela autora e sim em 05/03/2013. Afirmo, ainda, que os cálculos apresentados com a inicial estão equivocados, porque não se observou as datas em que efetivamente foram entregues os veículos. Juntou documentos (fls. 52/56).

Réplica a fls. 62/65.

Instados a efetuarem acordo extrajudicial, o autor aduziu não ter interesse na designação de audiência de conciliação e que a ré não contactou a autora para um acordo. O réu não se manifestou sobre a composição civil.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A inicial não é inepta. É inteligível. Cobra-se o aluguel considerando o tempo havido entre a entrega e a devolução dos veículos independentemente do tempo previsto no contrato, para a locação (que, frise-se, previa prorrogação).

A ação é procedente.

Incontrovertida a locação dos veículos. Rejeita-se a alegação de que foram restituídos porque haviam sido entregues em estado insatisfatório ("péssimo") de conservação. Observamos nos contratos, na Cláusula VII (fls. 10, 13), que a ré declarou ter recebido o veículo no estado de conservação descrito nos check lists, que estão às fls. 16 e 17, revelando estado adequado.

A alegação de pagamento não deve ser acolhida. O recibo é a prova do pagamento. Não o apresentando a ré, deve arcar com o ônus de sua omissão.

No concernente à data de devolução dos veículos e de vigência do contrato, sem razão a ré. Como pode afirmar que os devolveu em 05/março se no dia 07/março seu preposto ou representante legal, por e-mail, veja-se fls. 28, disse que até o dia 20 os devolveria?

Não bastasse, às fls. 29 temos mais um e-mail, encaminhado pelo representante da ré, aceitando as cobranças efetuadas, assim como os valores cobrados, apenas expondo as razões particulares para o inadimplemento, e pedindo o parcelamento.

Vê-se que a contestação não contém qualquer fundamento razoável.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação e CONDENO a ré a pagar à autora (a) R\$ 6.800,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde 15/03/2013 (b) R\$ 5.916,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos desde 15/04/2013. CONDENO-A, ainda, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em 15% sobre a condenação.

Fica(m) desde já a(s) parte(s) ré(s) intimada(s), com a simples publicação desta no DJE, de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**